

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados (sobras e perdas)	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 2015

Cooperativas Associadas,

De acordo com as disposições legais, submetemos à sua apreciação as demonstrações financeiras da Central Nacional Unimed - Cooperativa Central, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A operadora nacional do Sistema Unimed é uma cooperativa de segundo grau, tendo como associadas 328 Unimeds. Atenta aos princípios cooperativistas, sua gestão também é pautada pelos compromissos do Pacto Global.

Dados recentes divulgados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), indicam que a operadora ocupa a sexta posição entre as operadoras de planos de assistência médica do país, contando com 1.790.395 beneficiários em dezembro de 2015 (71,1% em contratos em pré-pagamento), distribuídos por todo o país.

Os atendimentos prestados aos seus clientes são feitos pelas cooperativas do Sistema Unimed. Tem rede direta de atendimento e filiais em Salvador, São Luís, Brasília e São Paulo, localidade em que também está sua matriz.

Seu faturamento foi ampliado em R\$ 2,3 bilhões no decorrer de 2015, valor 19% maior que o observado no ano anterior.

Desde outubro de 2015, subscreveu, por meio de portabilidade, contratos de pessoas físicas e PME da Unimed Paulistana, que teve sua carteira alienada pela ANS. Até dezembro, esses contratos totalizavam 10.053 beneficiários.

A Central Nacional Unimed se mantém atenta à sustentação dos resultados, operacionais e financeiros, fundamentais ao cumprimento de seus compromissos junto aos públicos com os quais se relaciona - sócios, clientes, prestadores de serviços, governo e colaboradores.

O Mercado de Saúde Suplementar e a Economia

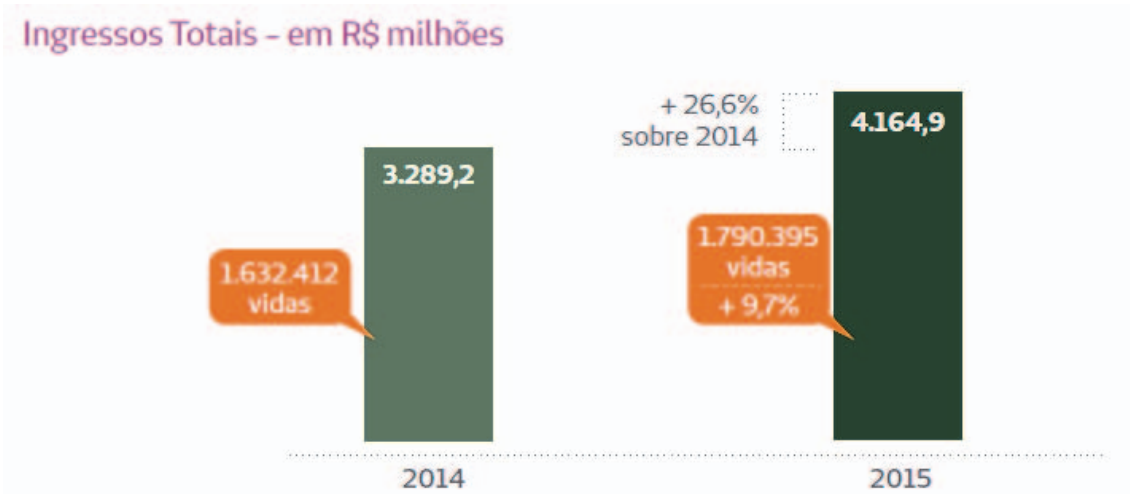
A política e a economia permaneceram no centro das atenções durante a maior parte do ano, influenciados especialmente pelos desdobramentos da operação Lava Jato, que paralisou obras de grandes empreiteiras e provocou brutal elevação do desemprego no setor de construção civil, posteriormente estendido a todos os demais setores. Além disso, a fraca atividade econômica reduziu a arrecadação de impostos, deteriorando a situação fiscal do país, o que resultou no aumento do risco-país, da taxa de câmbio e da dupla perda do grau de investimento, afugentando grandes investidores dos investimentos permanentes tão necessários ao país.

O mercado de saúde suplementar não passou incólume, já que o segmento é influenciado diretamente pela geração/manutenção de empregos formais. Os últimos números divulgados pela ANS informam que em dezembro de 2015 o mercado contava com 49,7 milhões de beneficiários em planos de assistência médico-hospitalar, uma redução de 1,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Trata-se de um resultado da desaceleração de contratação de planos coletivos empresariais que, ao final do ano, contemplavam 79,9% do total de beneficiários (39.758.076 beneficiários contra 40.292.617 ao final de 2014). Isso, somado ao agravante aumento de beneficiários na faixa etária de 59 anos ou mais, que totalizaram 13,2% das pessoas detentoras de planos de saúde (12,6% em 2014), reflexo do processo de envelhecimento da população brasileira.

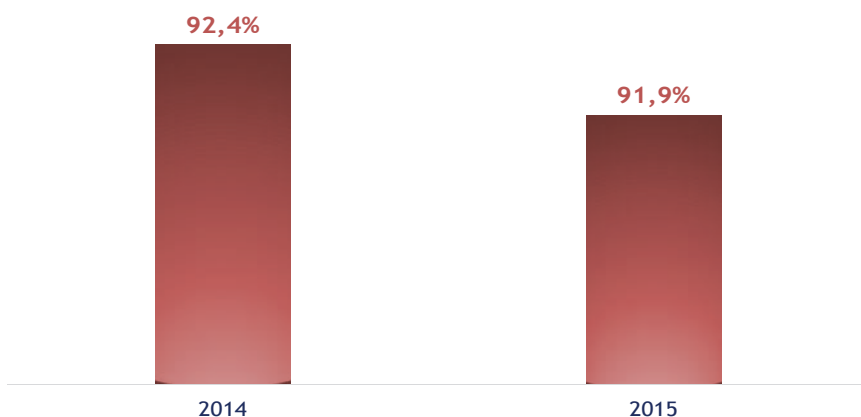
Com isso, os custos médico-hospitalares têm aumentado significativamente - 17,1% nos últimos doze meses encerrados em junho de 2015 (último dado disponível), superior à variação da inflação oficial (IPCA) no mesmo período, de 8,9%. Assim, os níveis de sinistralidade têm crescido sistematicamente, ficando ao redor de 86% entre janeiro e setembro de 2015 (última informação disponibilizada pela ANS).

Desempenho Econômico e Financeiro

O total de ingressos observado em 2015 na Central Nacional Unimed - composto pelas contraprestações de planos de saúde, da receita de intercâmbio e de prestação de serviços - totalizou R\$ 4.164,9 milhões, sendo originados, ao redor de 94%, das contraprestações de contratos em pré-pagamento da Matriz/SP (60,0%), dos contratos em custo operacional (17,4%) e das receitas de intercâmbio (16,2%). Tal valor representou um crescimento de 26,6% em relação ao total de ingressos auferido em 2014 e 2,2% maior que o montante orçado para o ano.

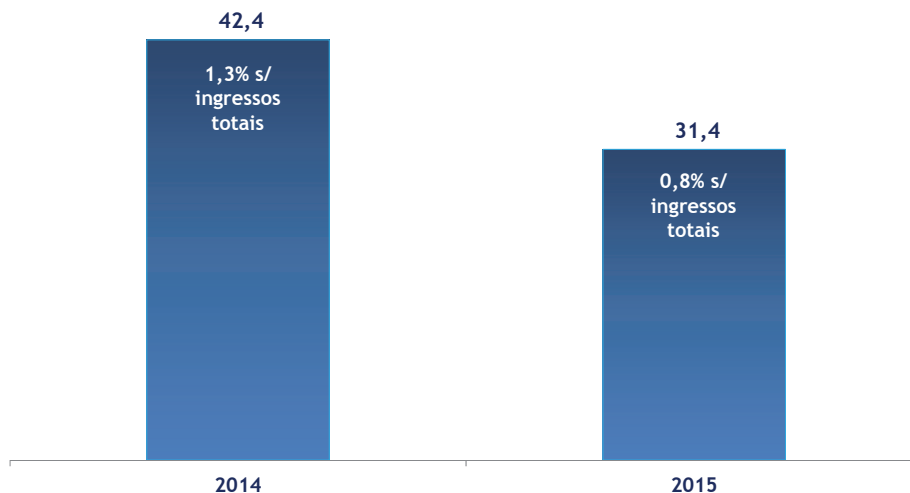


Os custos operacionais incorridos em 2015 totalizaram R\$ 2.405,0 milhões (mais 30,0% sobre o volume observado em 2014). Estão incluídas, além das despesas médicas, a constituição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA, no montante de R\$ 59,4 milhões, necessária para manter 100% desses valores constituídos. Mesmo assim, em função dos ingressos operacionais oriundos dos contratos pré-estabelecidos terem crescido em maior proporção - mais 30,3% em relação a 2014 - chegando a R\$ 2.615,7 milhões, a sinistralidade apresentou ligeira redução, passando de 92,4% em 2014 para 91,9% em 2015.



Graças à persistente eficiência na gestão dos recursos financeiros disponíveis, que possibilitaram a menor absorção das despesas administrativas em relação ao faturamento assim como a correta e adequada administração das aplicações financeiras - que resultaram em uma receita financeira 50,0% maior que a obtida em 2014 - foi possível à operadora auferir resultado líquido positivo de R\$ 31,4 milhões, equivalente a 0,8% dos ingressos totais obtidos no ano.

Um valor menor que o apresentado em 2014, de R\$ 42,4 milhões, mas diante de toda paralisação observada na economia brasileira, refletida intensamente no mercado de saúde suplementar, e dos sérios entraves políticos que se arrastaram por todo o ano, pode-se concluir que a operadora foi capaz de superar as consequências devastadoras que esses fatos produziram.



Mesmo com o menor resultado líquido auferido, a Central Nacional Unimed teve seu patrimônio líquido elevado de R\$ 314,5 milhões em 2014 para R\$ 345,9 milhões em 2015. Tal evento contribuiu para o crescimento mínimo necessário com foco em 2022, prazo final para a constituição da Margem de Solvência.

As Garantias Financeiras, relativas às Provisões Técnicas, foram integralmente constituídas conforme RN 209/09. Os Ativos Garantidores estão devidamente registrados nas Centrais de Custódia CETIP e SELIC, em conformidade com a RN 392/15 e demais normas legais.

Os investimentos feitos no exercício foram direcionados, essencialmente, para melhorias dos processos operacionais e de governança corporativa.

Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Pelo sexto ano consecutivo, a Operadora publica o Relatório de Gestão e Sustentabilidade utilizando a metodologia GRI (*Global Reporting Initiative*), modelo de transparência que garante a prestação de contas clara e consistente para a sociedade sobre sua governança corporativa e desempenho social, ambiental e econômico. O material está disponível em www.centralnacionalunimed.com.br/gri2015

Governança Corporativa

É administrada por uma diretoria executiva, eleita em Assembleia Geral Ordinária (AGO) para mandatos de quatro anos. As assembleias constituem o mais alto grau de governança. Há também dois conselhos que representam as associadas: o Conselho Administrativo, Técnico e Operacional - composto por 18 membros -, que orienta e delibera, e o Conselho Fiscal, que avalia e fiscaliza as contas da operadora. Para o gerenciamento de riscos do negócio e em sua infraestrutura, a Central Nacional Unimed tem uma área de Riscos e Controles Internos, além de dois comitês ligados à governança: Comitê de Processos e Projetos e Comitê de Riscos. As demonstrações financeiras e o balanço social são submetidos e avaliados por auditores independentes externos.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva intensificou ações de Governança Corporativa no sentido de atingir melhores resultados, revisando políticas e adotando práticas mais enérgicas, no intuito de atender às expectativas dos diversos públicos envolvidos na atividade da operadora.

Agradecemos o empenho e reconhecimento dos membros do Conselho Fiscal e Conselho Administrativo, Técnico e Operacional, das cooperativas associadas, colaboradores, clientes e fornecedores em geral.

São Paulo, 8 de março de 2016.

A Diretoria Executiva



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone

55 (11) 3940-1500

Fax

55 (11) 3940-1501

Internet

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e às Cooperadas da
Central Nacional Unimed - Cooperativa Central
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Nacional Unimed - Cooperativa Central (“Operadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Operadora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Operadora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.




Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Nacional Unimed - Cooperativa Central em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

São Paulo, 11 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Ativo circulante		<u>999.768</u>	<u>865.283</u>	Passivo circulante		<u>824.322</u>	<u>685.929</u>
Disponível	3b	14.370	5.552	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3i/10	630.519	530.374
Aplicações financeiras	3c/4	553.635	492.801	Provisões de contraprestações		88.997	65.357
Aplicações vinculadas às provisões técnicas	4	356.301	238.533	Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	3i	86.317	63.582
Aplicações não vinculadas	4	197.334	254.268	Provisão para remissão	3i	2.680	1.775
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		<u>268.662</u>	<u>210.996</u>	Provisão de eventos a liquidar para o SUS		61.278	41.447
Contraprestação pecuniária a receber	5	174.206	132.799	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	10b	164.771	167.482
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	94.456	78.197	Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	10a	315.473	256.088
Créditos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	6	98.606	116.360	Débitos de operações de assistência à saúde		<u>22.429</u>	<u>22.109</u>
Despesas diferidas		<u>14.172</u>	<u>8.408</u>	Contraprestações a restituir		16	-
Créditos tributários e previdenciários	7	46.594	21.774	Receita antecipada de contraprestações	11a	17.116	19.850
Bens e títulos a receber		<u>3.376</u>	<u>9.055</u>	Comercialização sobre operações	11b	5.226	117
Despesas antecipadas		<u>353</u>	<u>337</u>	Operadoras de planos de assistência à saúde	11c	71	2.142
Ativo não circulante		<u>214.197</u>	<u>178.450</u>	Débitos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	12	45.828	62.390
Realizável a longo prazo		<u>149.334</u>	<u>123.040</u>	Provisões		<u>-</u>	<u>152</u>
Aplicações financeiras	3c/4	113.016	97.973	Provisão para IR e CSLL	13	-	152
Aplicações vinculadas às provisões técnicas	4	105.840	97.212	Tributos e encargos sociais a recolher	14	88.308	48.465
Aplicações não vinculadas	4	7.176	761	Débitos diversos	15	26.056	22.420
Créditos tributários e previdenciários	7	17.595	14.607	Conta corrente de cooperados		<u>11.182</u>	<u>19</u>
Títulos e créditos a receber		<u>643</u>	<u>643</u>	Passivo não circulante		<u>43.765</u>	<u>43.297</u>
Depósitos judiciais e fiscais	16	18.080	9.787	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3i/10	4.420	3.058
Outros créditos a receber a longo prazo		<u>-</u>	<u>30</u>	Provisão para remissão		4.420	3.058
Investimentos	3f/8	21.352	19.431	Provisões		<u>39.345</u>	<u>40.239</u>
Participações societárias		<u>21.352</u>	<u>19.431</u>	Provisões para ações judiciais	3j/16	39.345	40.239
Participações societárias - operadora de planos de assistência à saúde		640	640	Patrimônio líquido		<u>345.878</u>	<u>314.507</u>
Outros investimentos		20.712	18.791	Capital social	17a	107.170	90.004
Imobilizado	3g/9	43.511	35.979	Reservas	17b	212.532	190.178
Imóveis de uso próprio		<u>23.222</u>	<u>23.326</u>	Reservas de sobras		212.532	190.178
Imóveis - não hospitalares		23.222	23.326	Sobras à disposição da AGO	17c	26.176	34.325
Imobilizado de uso próprio		<u>19.151</u>	<u>11.615</u>	Total do passivo		<u>1.213.965</u>	<u>1.043.733</u>
Não hospitalares		19.151	11.615				
Outras imobilizações		<u>1.138</u>	<u>1.038</u>				
Total do ativo		<u>1.213.965</u>	<u>1.043.733</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

Demonstrações de resultados (sobras e perdas)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		3.291.379	2.608.039
Receitas com operações de assistência à saúde		3.339.871	2.653.515
Contraprestações líquidas	3a/19a	3.342.138	2.653.661
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3i	(2.267)	(146)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	19b	(48.492)	(45.476)
Eventos indenizáveis líquidos		(3.022.827)	(2.402.428)
Eventos conhecidos ou avisados	19c	(2.963.442)	(2.307.236)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	3i/19c	(59.385)	(95.192)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		268.552	205.611
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		5.578	5.087
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	19d	641.306	588.166
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		630.608	583.752
Outras receitas operacionais		10.698	4.414
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	19e	(70.975)	(4.334)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(44.399)	(19.905)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(623)	(323)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde		-	23.288
Provisão para perdas sobre créditos		(25.953)	(7.394)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	19f	(550.276)	(525.612)
Resultado bruto		294.185	268.918
Despesas de comercialização	11b	(105.564)	(73.395)
Despesas administrativas	19g	(234.408)	(193.492)
Resultado financeiro líquido	19h	81.657	50.926
Receitas financeiras		90.337	60.228
Despesas financeiras		(8.680)	(9.302)
Resultado patrimonial		565	1.816
Receitas patrimoniais		604	2.113
Despesas patrimoniais		(39)	(297)
Resultado antes dos impostos e participações		36.435	54.773
Imposto de renda	3k/19i	-	(5.197)
Contribuição social	3k/19i	-	(2.006)
Participações no resultado		(5.067)	(5.157)
Sobra líquida do exercício		31.368	42.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Sobra líquida do exercício		<u>31.368</u>	<u>42.413</u>
Ajuste nos ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários	4	-	(35)
Ajuste nos tributos diferidos sobre ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários		<u>-</u>	<u>12</u>
Resultado abrangente		<u><u>31.368</u></u>	<u><u>42.390</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas			Ajustes de valiação patrimonial	Sobras à disposição da AGO		Total
		Subscrito	A integralizar	Reserva legal	RATES	Outras reservas	Ganhos não realizados com TVM	Atos cooperativos	Atos não cooperativos	
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u>75.844</u>	<u>(22)</u>	<u>112.944</u>	<u>21.851</u>	<u>33.116</u>	<u>23</u>	<u>28.358</u>	<u>-</u>	<u>272.114</u>
Destinação das sobras do exercício anterior conforme AGO de 20 de março de 2013:										
Aumento de capital		14.179	-	-	-	-	-	(14.179)	-	-
Aumento de reserva		-	-	14.179	-	-	-	(14.179)	-	-
Movimentações de capital:										
Aumento de capital		3	(3)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital		-	3	-	-	-	-	-	-	3
Retirada de cooperada		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	(23)	-	-	(23)
Sobra líquida do exercício		-	-	-	-	-	-	72.121	(29.708)	42.413
Destinação:										
Absorção pelas sobras de atos cooperativos		-	-	-	-	-	-	(31.739)	31.739	-
Para a reserva legal		-	-	4.038	-	-	-	(4.038)	-	-
Para a RATES		-	-	-	4.050	-	-	(2.019)	(2.031)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>90.026</u>	<u>(22)</u>	<u>131.161</u>	<u>25.901</u>	<u>33.116</u>	<u>-</u>	<u>34.325</u>	<u>-</u>	<u>314.507</u>
Destinação das sobras do exercício anterior conforme AGO de 20 de março de 2015:										
Aumento de capital	17c	17.163	-	-	-	-	-	(17.163)	-	-
Aumento de reserva	17c	-	-	17.162	-	-	-	(17.162)	-	-
Movimentações de capital:										
Aumento de capital	17a	3	(3)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	17a	-	3	-	-	-	-	-	-	3
Sobra líquida do exercício	20	-	-	-	-	-	-	224.567	(193.199)	31.368
Destinação:										
Absorção pelas sobras de atos cooperativos		-	-	-	-	-	-	(193.771)	193.771	-
Para a reserva legal	17b	-	-	3.081	-	-	-	(3.081)	-	-
Para a RATES	17b	-	-	-	2.111	-	-	(1.539)	(572)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>107.192</u>	<u>(22)</u>	<u>151.404</u>	<u>28.012</u>	<u>33.116</u>	<u>-</u>	<u>26.176</u>	<u>-</u>	<u>345.878</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobras líquidas do período	31.368	42.413
Ajustes para reconciliação das sobras líquidas		
(+) (-) Contraprestações a faturar	39.490	(54.941)
(-) Equivalência patrimonial	(572)	(2.031)
(-) Ganhos com investimentos (pró-labore Unimed Participações)	(34)	(34)
(+) Provisão para perdas sobre créditos	25.953	7.394
(+) (-) Resultado dos ativos imobilizados baixados	11	(1)
(+) Depreciação e amortização	5.334	3.128
(+) Variação das provisões técnicas	61.652	95.336
(+) Variação das despesas diferidas	23.970	10.229
(+) Variação das provisões para contingências	2.760	2.940
Sobras líquidas ajustadas	189.932	104.433
(Acréscimo) / Decréscimo de ativos		
Aplicações financeiras - curto prazo	(60.834)	(130.672)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(61.573)	(46.752)
Créditos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operador	(30.256)	(19.897)
Outros valores e bens - curto prazo	(43.162)	(36.925)
Aplicações financeiras - longo prazo	(15.043)	14.360
Outros valores e bens - longo prazo	(24.778)	(9.444)
Total das variações ativas	(235.646)	(229.330)
Acréscimo / (Décrécimo) de passivos		
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	39.855	65.097
Débitos de operações de assistência à saúde	320	7.465
Débitos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operador	(16.562)	26.219
Tributos	39.843	47.766
Outros débitos	14.799	7.232
Provisões - longo prazo	(3.654)	(2.416)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(23)
Total das variações passivas	74.601	151.340
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(5.846)	(18.447)
Caixa líquido das atividades operacionais	23.041	7.996
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimento	(1.349)	(101)
Aquisição de bens do imobilizado	(12.877)	(9.092)
Alienação do imobilizado	-	78
Caixa líquido das atividades de investimentos	(14.226)	(9.115)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital social	3	3
Caixa líquido das atividades de financiamentos	3	3
Variação líquida do caixa	8.818	(1.116)
Caixa - saldo inicial	5.552	6.668
Caixa - saldo final	14.370	5.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Central Nacional Unimed - Cooperativa Central (“Central Nacional Unimed” ou “Operadora”) é uma sociedade simples de responsabilidade limitada, situada em São Paulo na Alameda Santos, nº 1827 - 3º andar, constituída e regida de acordo com a legislação específica das sociedades cooperativistas. Tem por objetivos principais a operação de planos privados de assistência à saúde, a instituição de uma câmara de compensação nacional e a orientação para a criação, o desenvolvimento e a interação de um sistema cooperativo de operadoras de planos privados de assistência à saúde, em todo o território nacional. A Operadora possui 327 cooperadas em 31 de dezembro de 2015.

2 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, a Lei das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5.764/71), assim como aspectos relacionados à Lei 6.404/76 e a Lei 11.638/07.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de plano de contas contido na Resolução Normativa RN nº 322/13, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou as Resoluções nº 944/02, 958/03 e 959/03 que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações financeiras. Ademais, essas resoluções estabelecem as informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para as Entidades Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, além de disporem sobre o tratamento contábil decorrente de atos cooperativos e atos não cooperativos, que foram denominados ingressos/dispêndios e receitas/custos/despesas e consolidam o conceito, o conteúdo, a estrutura e a nomenclatura da demonstração de resultados, que passou a ser denominada demonstração de sobras e perdas. As informações adaptadas aos padrões de apresentação preconizados pelo CFC estão apresentadas na Nota Explicativa nº 20.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 8 de março de 2016.

2.1 Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Operadora. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016:

- Nota 3c e 4 - Aplicações financeiras
- Nota 3e - Provisão para perdas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde
- Nota 7 - Créditos tributários e previdenciários
- Nota 3i e 10 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde
- Nota 3j e 16 - Provisões judiciais

3 Principais políticas contábeis

a. Apuração das sobras ou perdas

O regime de apuração de sobras e perdas é o de competência. As receitas com contraprestações de contratos com preços pré-estabelecidos foram apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - “pró-rata” dia do período de cobertura de cada contrato, a partir de seu primeiro dia de vigência.

As receitas com contratos firmados na modalidade “pós-estabelecido”, correspondente ao ressarcimento dos eventos já comunicados, são reconhecidas no mês em que os custos foram avisados, a crédito da conta “Contraprestações líquidas”. Quando da emissão da fatura, o registro é revertido e o valor total faturado, incluindo a taxa de administração, é reconhecido como receita de contraprestações de operações de assistência à saúde.

Os eventos indenizáveis são reconhecidos no momento em que são avisados pelas cooperativas Unimed (intercâmbio) e pelos prestadores de serviços assistenciais.

As despesas diferidas referem-se a agenciamentos e são registradas quando incorridas e apropriadas ao resultado no prazo de 12 meses. As comissões mensais incidentes sobre as contraprestações emitidas são registradas como despesas do período.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

b. Caixa e equivalente de caixa

Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica “Disponível”.

c. Aplicações financeiras

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração nas seguintes categorias:

- **Valor justo por meio do resultado:** um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.
- **Ativos financeiros disponíveis para venda:** são ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias destacadas. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.
- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** os títulos classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo valor investido, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- **Empréstimos e recebíveis:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Operadora compreendem as contas a receber de clientes (créditos de operações com planos de assistência à saúde).

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde correspondem às contraprestações pecuniárias a receber pelas vendas de planos de saúde coletivos e individuais.

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas (resultado) ou PCNG (passivo circulante), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço, e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data do balanço.

Quando disponível, a Operadora determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (I) Títulos públicos - apurado com base nos preços de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - (ANBIMA); (II) Os certificados de depósitos bancários, os depósitos a prazo com garantia especial (DPGE) e as debêntures são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam do valor justo.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

d. Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos internos e externos que possam indicar deterioração e/ou perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável de acordo com as premissas do CPC 01(R1).

e. Provisão para perdas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde

A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber foi constituída a partir da avaliação das bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, sendo o montante considerado suficiente pela Administração.

f. Investimentos

Os investimentos representados por participações em sociedades coligadas nos quais há influência significativa nas deliberações da Administração são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g. Imobilizado

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment*, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os valores advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica residual estimada para cada bem do ativo imobilizado. Imóvel adquirido em 2011 tem vida útil estimada de 35 anos, imóvel adquirido em 2014 tem vida útil estimada de 25 anos e os demais imóveis, 20 anos; móveis e utensílios, de 10 anos; equipamentos de processamento de dados e veículos, de 5 anos.

h. Impairment de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Operadora são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

i. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas são constituídas de acordo com notas técnicas atuariais e determinações contidas na Resolução Normativa - RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009 e alterações posteriores.

A provisão para contribuições não ganhas (PCNG) corresponde ao rateio diário - “pró-rata” dia das contribuições a decorrer, relativamente ao período de cobertura do risco. Os valores constituídos são apropriados ao resultado no último dia do mês, cuja vigência tenha iniciado.

A Provisão de eventos a liquidar para o SUS abrange os ressarcimentos ao SUS que são registrados mediante avisos de beneficiários identificados (ABI), notificados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e recebidos fisicamente na Operadora.

A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e avisados pelas Cooperativas Unimed e prestadores de serviços até a data do encerramento do exercício.

A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada conforme nota técnica atuarial com a finalidade de fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelas cooperativas Unimed e pelos prestadores de serviços de saúde. A provisão é calculada com base em método estatístico-atuarial, conhecido como “triângulos de run-off”, que considera o desenvolvimento mensal histórico dos eventos avisados, observado o período de 24 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão para remissão é calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS e corresponde à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde, utilizando-se como metodologia o “Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura”.

j. Ativos e passivos contingentes (Provisões)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas, exceto pelas contingências relacionadas a eventos, são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25.

Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

Passivos contingentes - são constituídas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda seja classificada como provável, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes fiscais e trabalhistas classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em notas explicativas; os passivos contingentes cíveis classificados como perda possível são divulgados em notas explicativas e reconhecidos contabilmente pelo percentual histórico de perdas efetivas e os classificados como perda remota não são divulgados.

k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - atos não cooperativos

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que excede a R\$ 240 ao ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

l. Benefícios aos empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Operadora tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Gerenciamento de riscos

A área de Gestão de Riscos e Controle Interno tem como responsabilidade tratar os riscos e identificar as oportunidades que afetam diretamente as operações da Central Nacional Unimed.

O gerenciamento de risco é um processo que envolve todos os níveis da Central Nacional Unimed, considerando o estabelecimento de estratégias, a identificação de eventos em potencial que podem afetá-las, bem como a administração dos riscos de modo a mantê-los compatíveis ao apetite a risco da Operadora.

Abaixo estão descritas as definições dos riscos que a Central Nacional Unimed está exposta, bem como suas ações para os respectivos tratamentos:

Risco de mercado

Definição

Risco de Mercado é a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado do ativo objeto ou mesmo de fatores exógenos que influenciam os preços de mercado. São exemplos de fatores de risco: o risco relacionado à variação cambial, taxa de juros, preços de ações, de mercadorias (commodities), entre outras.

Tratamento

O gerenciamento do risco de mercado na Central Nacional Unimed é realizado periodicamente, através de comitês para controle e deliberações em relação aos resultados, ao cenário político-econômico e ao atendimento da política de investimentos estabelecida pela Operadora, que define níveis mínimos de investimentos em cada instituição financeira, bem como os controles necessários para obtenção de maior segurança nos investimentos e transparência na gestão dos recursos disponíveis.

Risco operacional

Definição

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos.

Tratamento

O processo de gestão qualitativa dos riscos é conduzido pela Área de Gestão de Riscos e está estruturado da seguinte forma:

- (i) Mapeamento dos riscos**
A identificação dos riscos é efetuada pela Área de Gestão de Riscos e validada pelos gestores responsáveis e pela alta Administração.
- (ii) Classificação dos riscos**
Os riscos identificados na fase do mapeamento são alocados em uma categoria, de acordo com os critérios de classificação previamente acordados e validados pela Administração.
- (iii) Avaliação dos riscos**
A avaliação dos riscos permite que a Administração considere até que ponto os eventos elencados na fase de identificação de riscos podem impactar a realização dos objetivos. Para avaliar os riscos identificados e classificados, utilizam-se as métricas de impacto e probabilidade, as quais foram desenvolvidas tendo como base as informações financeiras da Central Nacional Unimed.
- (iv) Avaliação dos controles**
A Área de Gestão de Riscos é responsável pela avaliação dos controles associados aos riscos, os quais são efetuados com base em critérios qualitativos.

(v) Estabelecimento de planos de ação

São estabelecidos planos de ação para os casos onde seja identificada a ausência ou insuficiência de controles e/ou riscos representativos não aceitos pelo comitê de riscos. Estes planos de ação contemplam a ação a ser implementada, o responsável pela implementação e a data de conclusão. A Área de Gestão de Riscos é responsável pelo monitoramento dos planos de ação e reporte para todas as partes interessadas.

(vi) Concentração de riscos

A carteira está pulverizada em diversos estados da federação, conforme apresentado abaixo:

Distribuição de contraprestações líquidas - por região geográfica												
2015												
Modalidade	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total geral	
Pré-estabelecido	124.998	4,79%	299.886	11,49%	66.049	2,53%	1.931.220	73,98%	188.331	7,21%	2.610.484	78,11%
Pós-estabelecido	55.268	7,55%	33.527	4,58%	3.382	0,46%	370.910	50,70%	268.567	36,71%	731.654	21,89%
Total geral	180.266	5,39%	333.413	9,98%	69.431	2,08%	2.302.130	68,88%	456.898	13,67%	3.342.138	100,0%
2014												
Modalidade	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total geral	
Pré-estabelecido	102.928	5,17%	211.001	10,59%	56.084	2,81%	1.476.297	74,09%	146.151	7,34%	1.992.461	75,08%
Pós-estabelecido	58.254	8,81%	23.455	3,55%	2.278	0,34%	336.092	50,83%	241.121	36,47%	661.200	24,92%
Total geral	161.182	6,07%	234.456	8,84%	58.362	2,20%	1.812.389	68,30%	387.272	14,59%	2.653.661	100,0%

Risco de crédito

Definição

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a empresa a incorrer em perdas financeiras.

Tratamento

O gerenciamento do risco de crédito visa atender aos padrões, políticas e procedimentos específicos que incluem o monitoramento da exposição em ativos de risco de crédito com relação às contrapartes. As análises dessas instituições são realizadas por agências de classificação de riscos de crédito que operam no país, e também através de reuniões com os analistas da agência dos nossos consultores, para acompanhamento das instituições financeiras do portfólio da Operadora.

Em 31 de dezembro de 2015, a carteira de aplicações da Operadora está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco:

Nota	2015		2014	
	Valor (R\$ mil)	Part. %	Valor (R\$ mil)	Part. %
AAA	205.463	30,82%	319.577	54,09%
AA	94.596	14,19%	28.376	4,80%
A	32.265	4,84%	133.270	22,56%
BBB	9.423	1,42%	26.508	4,49%
BB	52.618	7,89%	16.681	2,83%
B	188.544	28,28%	-	0,00%
Subtotal	582.909	87,44%	524.412	88,77%
Risco soberano (letras financeiras do tesouro)	83.615	12,54%	66.236	11,21%
Sem classificação (*)	127	0,02%	126	0,02%
Subtotal	83.742	12,56%	66.362	11,23%
Exposição ao risco de crédito de aplicações financeiras	666.651	100,00%	590.774	100,00%
Contraprestações e intercâmbio a receber	367.268		327.356	
Total de exposição ao risco de crédito	1.033.919		918.130	

(*) Refere-se a títulos de capitalização.

Risco legal

Definição

O Risco Legal está relacionado a possíveis perdas por inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Operadora, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Operadora.

Tratamento

A Operadora, através de sua área jurídica, acompanha a realização e formatação dos contratos firmados bem como a revisão e atualização periódica da documentação, além de acompanhar permanentemente as mudanças relacionadas à legislação.

Risco de liquidez

Definição

Risco de liquidez esta está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

Tratamento

A Operadora mantém uma política de investimento atualizada, para tomada de decisões. Nessa política estão definidos os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos. A ferramenta de apoio utilizada para manter a liquidez fica condicionada a projeção do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos, sendo utilizado modelo de comparação histórica entre os ciclos operacionais realizados num período mínimo de 90 dias.

Aplicações

Liquidez	2015	% Carteira	2014	% Carteira
Imediata	591.866	88,75%	330.310	55,91%
De 1 a 30 dias	16.315	2,45%	129.892	21,99%
De 31 a 120 dias	30.090	4,51%	6.582	1,11%
De 121 a 240 dias	-	0,02%	9.663	1,63%
De 241 a 360 dias	-	0,01%	75.950	12,86%
Acima de 360 dias	28.380	4,26%	38.377	6,50%
Total	666.651	100,00%	590.774	100,00%

O demonstrativo de liquidez das aplicações financeiras foi elaborado a partir dos prazos mínimos para resgate dos títulos, estabelecidos pelas instituições financeiras gestoras, independentemente de seus vencimentos.

Casamento de ativos e passivos (ALM)

	Sem vencimento definido	Vencidos acima de 1 ano	Vencidos até 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 6 anos	Total
Ativos financeiros						
Disponível	14.370	-	-	-	-	14.370
Aplicações financeiras	391.218	-	-	155.616	119.817	666.651
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	153	43.735	224.774	-	268.662
Créditos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da Operadora	-	155	51.547	46.904	-	98.606
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	46.594	17.595	64.189
Depósitos judiciais e fiscais	18.080	-	-	-	-	18.080
Despesas diferidas	-	-	-	14.172	-	14.172
Bens e títulos a receber	-	-	-	3.729	643	4.372
Total dos ativos financeiros	423.668	308	95.282	491.789	138.055	1.149.102
	Sem vencimento definido	Vencidos acima de 1 ano	Vencidos até 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 6 anos	Total
Passivos financeiros						
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	315.473	41.558	25.837	247.651	4.420	634.939
Contraprestações a restituir	-	-	-	16	-	16
Receita antecipada de contraprestações	-	-	-	17.116	-	17.116
Comercialização sobre operações	-	-	-	5.226	-	5.226
Operadoras de planos de assist. saúde	-	-	-	71	-	71
Débitos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	-	-	1.360	44.468	-	45.828
Tributos e contribuições a recolher	-	-	-	88.308	-	88.308
Outros débitos	-	-	-	37.238	-	37.238
Provisões - longo prazo	39.345	-	-	-	-	39.345
Total dos passivos financeiros	354.818	41.558	27.197	440.094	4.420	868.087

Risco de subscrição

Definição

Risco de Subscrição está relacionado à possibilidade de ocorrência de um evento que acarrete ou possa acarretar em uma situação econômica contrária quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas, bem como a probabilidade dos eventos a serem pagos pela Operadora de Planos de Saúde, em um período futuro, ser maior que o montante de contraprestações a ser recebido.

Tratamento

A Operadora precifica de forma estimada a projeção de eventos no futuro, tendo como base a experiência passada. Utiliza-se como incremento aos valores apurados as devidas correções monetárias, os impactos legislativos (novas edições do Rol de Procedimentos publicados pela ANS), o impacto nos custos devido aos reajustes nos honorários médicos e uma inflação médica dos insumos hospitalares (diárias, taxa de sala, taxa de equipamentos, material, medicamentos, etc.), além de levar em consideração a distribuição etária, sexo, grau de dependência e região geográfica da população cotada.

Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão.

O teste de sensibilidade abaixo apresenta impacto no resultado e no patrimônio líquido em função de uma variação nos eventos de 5 pontos percentuais para mais ou para menos.

	Contraprestações líquidas	Índice de sinistralidade	Eventos	+5p.p.	Teste de sensibilidade - Impacto no resultado e no patrimônio líquido				
					RS		RS		Impacto DRE
							-5p.p.		
	2015	2015							
Pré-estabelecido	2.610.484	89,90%	2.346.730	94,90%	2.477.254	(130.524)	84,90%	2.216.206	130.524
Total	2.610.484	89,90%	2.346.730	94,90%	2.477.254	(130.524)	84,90%	2.216.206	130.524
Impacto no Patrimônio Líquido (*)						(118.422)			118.422

(*) Para a apuração do imposto de renda sobre o patrimônio líquido considerou-se a incidência de imposto à alíquota de 34% sobre a parcela dos atos não cooperativos (27,27%).

Eventual aumento ou diminuição nos eventos relativos aos planos pós-estabelecidos são refletidos também nas contraprestações, de forma a compensar tal oscilação. Desta forma, não sensibilizamos este item para efeito de divulgação. Em 2015 o total de contraprestações com preço pós-estabelecido foi de R\$ 731.654 e o total de eventos foi de R\$ 616.712.

4 Aplicações financeiras

	Nível de hierarquia do valor justo	Ativo circulante	Ativo não circulante	Valor Contábil/ Justo	Valor Custo Atualizado	Ganhos/Perdas não Realizados	2015	2014
Valor justo por meio do resultado:								
Quotas de fundos de investimentos	2	391.112	-	391.112	391.112	-	391.112	193.589
Quotas de fundos de investimentos (*)	2	-	106	106	106	-	106	20
Depósitos bancários a prazo (CDB)	2	52.588	-	52.588	52.588	-	52.588	49.617
Depósitos bancários a prazo (CDB) (*)	2	-	338	338	338	-	338	254
Operações compromissadas - Debêntures (**)	2	66.698	-	66.698	66.698	-	66.698	189.486
Operações compromissadas - Debêntures (*)	2	-	327	327	327	-	327	143
		510.398	771	511.169	511.169	-	511.169	433.109
Disponíveis para venda:								
Depósitos a prazo c/ garantia especial (DPGE)	2	30.062	-	30.062	30.062	-	30.062	45.201
Outros	2	-	197	197	197	-	197	194
		30.062	197	30.259	30.259	-	30.259	45.395
Mantidos até o vencimento:								
Depósitos bancários a prazo (CDB) (*)	2	-	63	63	63	-	63	149
Depósitos a prazo c/ garantia especial (DPGE)	2	13.175	22.249	35.424	35.424	-	35.424	30.911
Letras Financeiras	2	-	6.121	6.121	6.121	-	6.121	12.085
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	83.615	83.615	83.615	-	83.615	66.236
		13.175	112.048	125.223	125.223	-	125.223	112.270
Total das aplicações		553.635	113.016	666.651	666.651	-	666.651	590.774

(*) Valores bloqueados em garantia de processos judiciais.

(**) As compromissadas possuem cláusula com compromisso de recompra que garante liquidez imediata.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, inclusive os ativos mantidos até o vencimento.

A tabela anterior apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis de hierarquia do valor justo foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *Inputs*, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Garantia das provisões técnicas

	2015	2014
Ativos vinculados		
Títulos de renda fixa - privados	378.527	269.521
Títulos de renda fixa - públicos	83.615	66.224
Total	462.142	335.745
Provisões técnicas		
Provisão para remissão	7.100	4.833
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	315.473	256.088
Provisão de eventos a liquidar e Provisão SUS avisados há mais de 30 dias (*)	70.630	50.281
Total	393.203	311.202
Suficiência de cobertura	68.939	24.543

(*) Os eventos a liquidar avisados há mais de 30 dias devem ser lastreados por ativos garantidores. O total dos eventos a liquidar avisados há menos de 30 dias em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 155.419 (R\$ 158.648 em 2014).

Movimentação das aplicações financeiras

	2015	2014
Saldo no início do exercício	590.774	474.462
Aplicações	1.885.889	1.470.343
Resgates	(1.878.536)	(1.399.955)
Rendimento (nota 19h)	82.341	55.829
IRRF/IOF s/ receitas de aplicações financeiras	(13.817)	(9.905)
Saldo no final do exercício	666.651	590.774

5 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2015	2014
Faturas a receber das contraprestações dos planos de assistência a saúde	184.570	136.270
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(10.364)	(3.471)
Subtotal	174.206	132.799
Participação dos beneficiários em eventos (*)	18.024	4.894
Subtotal	18.024	4.894
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	223	154
Contraprestações a faturar (**)	76.209	73.149
Subtotal	76.432	73.303
Total	268.662	210.996

(*) Participação dos beneficiários em eventos - Refere-se a valor a receber de contratantes por coparticipação.

(**) Contraprestações a faturar - Referem-se aos gastos incorridos com a utilização dos planos de assistência à saúde dos contratos da modalidade de preço “pós-estabelecidos” já avisados, mas cujo valor ainda não foi faturado às empresas contratantes. A provisão desses valores possibilita o reconhecimento simultâneo das receitas e despesas conforme critério descrito na Nota Explicativa nº 3a.

a. Movimentação

	2015	2014
Contraprestações dos planos de assistência à saúde pendentes no início do exercício	136.270	92.254
Contraprestações emitidas	3.389.285	2.682.606
Recebimentos	(3.297.492)	(2.613.968)
Transferência para cobrança judicial	(12.507)	(4.489)
Baixas por cancelamentos	(22.297)	(9.429)
Tributos retidos na fonte	(8.689)	(10.704)
Contraprestações dos planos de assistência à saúde pendentes no final do exercício	184.570	136.270
Provisão para perdas sobre créditos no início do exercício	(3.471)	(2.664)
Constituição	(7.812)	(1.690)
Reversão	919	883
Provisão para perdas sobre créditos no final do exercício	(10.364)	(3.471)
Total	174.206	132.799

b. Idade dos saldos

Créditos com operações com planos de saúde

	2015	2014
A vencer	224.774	181.553
Vencidos de 1 a 30 dias	24.384	17.067
Vencidos de 31 a 60 dias	6.549	4.064
Vencidos de 61 a 90 dias	4.958	2.111
Vencidos há mais de 90 dias	18.542	9.779
Subtotal	279.207	214.574
Provisão para perdas sobre créditos	(10.545)	(3.578)
Total	268.662	210.996

6 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

a. Movimentação

	2015	2014
Intercâmbio a receber pendentes no início do exercício	43.669	23.772
Intercâmbio a receber emitidos	722.754	576.035
Recebimentos	(664.430)	(541.789)
Baixas por cancelamentos	(27.510)	(13.562)
Tributos retidos na fonte	(19)	(392)
Transferência para cobrança judicial	(539)	(395)
Intercâmbio a receber pendentes no final do exercício	73.925	43.669
Provisão para perdas sobre créditos no início do exercício	(2.540)	-
Constituição	(8.886)	(2.741)
Reversão	3.427	201
Provisão para perdas sobre créditos do final do exercício	(7.999)	(2.540)
Intercâmbio a faturar	32.680	75.231
Total	98.606	116.360

b. Idade dos saldos

	2015	2014
A vencer	46.904	79.392
Vencidos de 1 a 30 dias	17.944	10.802
Vencidos de 31 a 60 dias	11.488	4.282
Vencidos de 61 a 90 dias	4.485	3.448
Vencidos há mais de 90 dias	25.784	20.976
Subtotal	106.605	118.900

- **Intercâmbio a receber** - Refere-se a valores a receber de cooperativas singulares e federações, relativos a atendimentos prestados aos seus usuários.

7 Créditos tributários e previdenciários

	2015	2014
Curto prazo		
IRRF sobre serviços	90	144
IRRF sobre aplicações financeiras (*)	18.952	6.264
IRPJ e CSLL	18.131	11.067
PIS e COFINS a compensar (*)	1.133	1.222
Contribuição social	1.199	484
ISS	395	395
Outros	6.694	2.198
	46.594	21.774
Longo prazo		
IRRF sobre serviços médicos cooperados	7.060	6.351
IRRF por órgãos públicos (*)	3.740	2.413
IRRF s/ aplicações financeiras	6.028	5.595
Outros	767	248
	17.595	14.607

(*) A capacidade da utilização destes créditos é estimada em R\$ 23.825, baseada na projeção de resultados de 2016.

a. Movimentação de créditos tributários e previdenciários

	2015	2014
Curto prazo		
Saldo no início do exercício	21.774	5.777
Constituição	31.955	40.588
Atualização monetária	3.207	-
Compensações	(10.342)	(24.591)
Saldo no final do exercício	46.594	21.774
Longo prazo		
Saldo no início do exercício	14.607	14.581
Constituição	7.885	2.376
Atualização monetária	267	476
Compensações	(5.164)	(2.826)
Saldo no final do exercício	17.595	14.607

8 Investimentos

	<u>Unimed Participações Ltda</u>		<u>Outros investimentos</u>		<u>Total</u>	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
a. Informações sobre:						
Capital social	298.222	246.511	-	-	298.222	246.511
Capital social em quotas	1.021.216.993	932.246.926	-	-	1.021.216.993	932.246.926
Quantidade de quotas de propriedade da Operadora	35.357.162	32.066.431	-	-	35.357.162	32.066.431
Total do ativo	606.044	555.963	-	-	606.044	555.963
Total do passivo circulante e não circulante	8.752	10.581	-	-	8.752	10.581
Receitas	43.275	61.915	-	-	43.275	61.915
Patrimônio líquido	597.292	545.381	-	-	597.292	545.381
Resultado do exercício	39.085	56.912	-	-	39.085	56.912
b. Informações sobre os investimentos:						
Quantidade de ações/quotas possuídas						
Porcentagem de participação	3,46226%	3,43969%			3,46226%	3,43969%
Saldo no início do exercício	18.759	16.627	672	672	19.431	17.299
Aquisição de quotas	1.349	101	-	-	1.349	101
Resultado da equivalência patrimonial	572	2.031	-	-	572	2.031
Saldo de investimento no final do exercício	20.680	18.759	672	672	21.352	19.431

9 Imobilizado

	2015			2014		
	Custo	Depreciação	Saldo	Custo	Depreciação	Saldo
Imóveis de uso próprio não hospitalares	32.196	(8.974)	23.222	31.451	(8.125)	23.326
Edificações	32.196	(8.974)	23.222	31.451	(8.125)	23.326
Imobilizado de uso próprio não hospitalares	39.810	(19.521)	20.289	29.710	(17.057)	12.653
Móveis e utensílios	3.810	(1.643)	2.167	3.593	(1.580)	2.013
Veículos	679	(365)	314	756	(320)	436
Equipamentos de processamento de dados	33.019	(16.988)	16.031	23.429	(14.766)	8.663
Máquinas e equipamentos	801	(165)	636	647	(151)	496
Instalações	40	(37)	3	40	(33)	7
Imobilizações em curso	117	-	117	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.344	(323)	1.021	1.245	(207)	1.038
	72.006	(28.495)	43.511	61.161	(25.182)	35.979

Movimentação

	Imóveis de uso próprio	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Máquinas e equipamentos	Instalações	Imobilizações em curso	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo de aquisição									
Saldo em 1 de janeiro de 2014	28.022	2.024	639	20.361	1.607	73	-	570	53.296
Aquisições	3.429	348	237	4.408	277	-	-	692	9.391
Alienações	-	(37)	(120)	(1.066)	(2)	-	-	-	(1.225)
Ajustes de inventário físico	-	1.258	-	(274)	(1.235)	(33)	-	(17)	(301)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	31.451	3.593	756	23.429	647	40	-	1.245	61.161
Aquisições	394	598	-	11.063	254	-	469	99	12.877
Transferência	351	-	-	-	-	-	(351)	-	-
Alienações	-	(381)	(77)	(1.473)	(100)	-	(1)	-	(2.032)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	32.196	3.810	679	33.019	801	40	117	1.344	72.006
Depreciação									
Saldo em 1 de janeiro de 2014	(7.392)	(981)	(305)	(13.749)	(228)	(57)	-	(570)	(23.282)
Depreciação do exercício	(733)	(203)	(137)	(2.605)	(172)	(5)	-	(20)	(3.875)
Alienações	-	37	120	1.069	2	-	-	-	1.228
Ajustes de inventário físico	-	(433)	2	519	247	29	-	383	747
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(8.125)	(1.580)	(320)	(14.766)	(151)	(33)	-	(207)	(25.182)
Depreciação do exercício	(849)	(424)	(122)	(3.705)	(114)	(4)	-	(116)	(5.334)
Alienações	-	361	77	1.483	100	-	-	-	2.021
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(8.974)	(1.643)	(365)	(16.988)	(165)	(37)	-	(323)	(28.495)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	23.222	2.167	314	16.031	636	3	117	1.021	43.511

10 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

a. Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

O valor integral da provisão para eventos ocorridos e não avisados, calculada segundo métodos e critérios atuariais mencionados na nota explicativa nº 3i, monta a R\$ 315.473 (R\$ 256.088 em 2014) e está totalmente constituído.

b. Provisão de eventos a liquidar para prestadores de serviços assistenciais

A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e devidamente avisados pelas cooperativas Unimed e pelos prestadores de serviços assistenciais até a data de encerramento do exercício. O valor da provisão totaliza R\$ 164.771 (R\$ 167.482 em 2014).

c. Movimentação das contas de provisões técnicas

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Apropriações	Cancelamentos	Recebimentos transferidos	Saldo em 31/12/2015
Provisões de contraprestações						
Provisão para contribuições não ganhas	63.582	1.084.123	(1.058.255)	(5.867)	2.734	86.317
Provisão para remissão	4.833	2.267	-	-	-	7.100
Subtotal	68.415	1.086.390	(1.058.255)	(5.867)	2.734	93.417

	Saldos em 31/12/2014	Constituição	Glosas / Descontos	Pagamentos	Tributos retidos	Saldos em 31/12/2015
Provisões de eventos						
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	41.447	19.831	-	-	-	61.278
Provisão de eventos a liquidar para prestadores	167.482	3.307.574	(189.516)	(3.104.049)	(16.720)	164.771
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	256.088	59.385	-	-	-	315.473
Subtotal	465.017	3.386.790	(189.516)	(3.104.049)	(16.720)	541.522
Total	533.432					634.939

d. Idade dos saldos de eventos a liquidar (Provisão ressarcimento ao SUS e eventos a liquidar)

	2015	2014
A vencer	158.653	152.682
Vencidos de 1 a 30 dias	5.310	13.884
Vencidos de 31 a 60 dias	1.100	4.700
Vencidos de 61 a 90 dias	1.474	1.071
Vencidos de 91 a 120 dias	8.396	5.150
Vencidos há mais de 120 dias	51.116	31.442
Total	226.049	208.929

11 Débitos de operações de assistência à saúde

a. Receita antecipada de contraprestações

Refere-se aos valores de contraprestações pecuniárias recebidas antecipadamente ao início do período de cobertura dos contratos.

b. Comercialização sobre operações

Refere-se a valores a pagar decorrentes de comissões devidas a corretores pela comercialização de planos de assistência à saúde.

c. Operadoras de planos de assistência à saúde

Totaliza R\$ 71 (R\$ 2.142 em 2014) relativos a valores a pagar a título de contraprestação de corresponsabilidade transferida.

d. Movimentação

	Saldos em 31/12/2014	Constituição	Apropriação / pagamentos	Tributos	Saldos em 31/12/2015
Contraprestações a restituir	-	22	(6)	-	16
Receita antecipada de contraprestações	19.850	215.162	(217.896)	-	17.116
Comercialização sobre operações	117	111.397	(100.326)	(5.962)	5.226
Operadoras de planos de assistência à saúde	2.142	29.879	(31.948)	(2)	71
Total	22.109	356.460	(350.176)	(5.964)	22.429

e. Idade dos saldos

	2015	2014
A vencer	22.413	22.095
Vencidos de 1 a 30 dias	-	14
Vencidos há mais de 120 dias	16	-
Total	22.429	22.109

12 Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Corresponde a valores a pagar à rede credenciada decorrentes de assistência à saúde prestada aos beneficiários de outras cooperativas.

a. Movimentação

	Saldos em 31/12/2014	Constituição / Reversão	Glosas / Descontos	Pagamentos	Tributos	Saldos em 31/12/2015
Outros débitos de operações com plano de assistência à saúde	62.390	584.933	(33.575)	(555.472)	(12.448)	45.828

13 Provisões

	2015	2014
Imposto de renda apurado	-	5.197
(-) Antecipações	(-)	(5.127)
Imposto de renda a recolher	-	70
Contribuição social apurada	-	2.006
(-) Antecipações	(-)	(1.924)
Contribuição social a recolher	-	82
Total	-	152

14 Tributos e encargos sociais a recolher

	2015	2014
FGTS	757	639
PIS e COFINS	77.577	41.669
Retenções de impostos e contribuições	9.974	6.157
Total	88.308	48.465

15 Débitos diversos

	2015	2014
Obrigações com pessoal	16.188	14.377
Fornecedores	5.290	4.692
Seguros a pagar	46	65
Outros débitos a pagar	4.532	3.286
Total	26.056	22.420

16 Provisões judiciais e depósitos

	Provisões					Depósitos judiciais	
	Saldo anterior	Principal	Atualizações/ multa	Reversão/ pagamento	Saldo atual	2015	2014
Fiscais	31.027	4.111	3.491	(10.115)	28.514	-	-
ISS	25.856	4.111	3.090	(10.115)	22.942	-	-
Tributos federais	5.171	-	401	-	5.572	-	-
Trabalhistas	100	142	-	(100)	142	127	7
Cíveis	9.112	8.543	2.146	(9.112)	10.689	17.953	9.780
Total	40.239	12.796	5.637	(19.327)	39.345	18.080	9.787

a. Fiscais

ISS

A provisão total, em face de divergências quanto à base de cálculo do ISS, totaliza R\$ 22.942 (R\$ 25.856 em 2014). O valor do imposto, no montante de R\$ 4.111 (R\$ 2.543 em 2014) foi registrado na conta de “Tributos diretos de operações de assistência à saúde” e os encargos financeiros no montante de R\$ 3.090 (R\$ 2.375 em 2014), na rubrica “despesas financeiras”.

INSS

A Operadora recebeu auto de infração em 31 de janeiro de 2013, lavrado na esfera administrativa pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em decorrência do não recolhimento da contribuição previdenciária de 15% sobre o intercâmbio entre Unimed, no período de 2008, cujo valor atualizado monta a R\$ 175.335. A Administração da Operadora entende, conforme parecer dos advogados que acompanham este processo, que a probabilidade de perda é remota, tendo em vista o Trânsito em Julgado do RE n.º 595.838 do STF que julgou inconstitucional a contribuição exigida, logo, nenhuma provisão foi constituída.

b. Trabalhistas

A Operadora responde a 59 processos de natureza trabalhista, os quais estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face às eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída uma provisão de R\$ 142 (R\$ 100 em 2014) referente a 16 processos avaliados com risco de perda provável. A Cooperativa também responde a 20 processos avaliados com risco de perda possível no montante de R\$ 1.231 (R\$ 923 em 2014), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

c. Cíveis

A Operadora responde a processos de natureza cível, os quais estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face às eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos foi constituída provisão de R\$ 6.858 (R\$ 5.451 em 2014) para 43 processos classificados como risco provável. A Operadora também responde a 4.219 processos avaliados com risco de perda possível no montante de R\$ 118.008 (R\$ 65.729 em 2014), para os quais foi constituída provisão de R\$ 3.831.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito é composto por 1.071.919 quotas-partes (900.263 quotas-partes em 2014), com valor unitário de R\$ 100,00.

O capital a integralizar é composto por 219 quotas-partes (219 quotas-partes em 2014).

A quota-parte é indivisível, intransferível a não filiadas e não poderá ser negociada de modo algum, nem ser oferecida em garantia. O número de cooperadas é 327 (326 em 2014).

b. Reservas

A Reserva legal é destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades, sendo constituída por, no mínimo, 10% da sobra líquida de cada exercício. A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES) destina-se à prestação de assistência às associadas e é constituída por valor correspondente a 5% da sobra líquida apurada no exercício, na forma do art. nº 28 da Lei nº 5.764/71 e de acordo com o estabelecido no art. nº 56 do estatuto social. A

Reserva para Contingências é destinada a reparar perdas fiscais e será mantida até que ocorra o desembolso financeiro das razões que justificaram a sua constituição.

c. Destinação das sobras

A sobra líquida do exercício, após as deduções dos fundos obrigatórios, será submetida à deliberação da Assembleia Geral, que poderá destiná-la às associadas, como retorno líquido, a aumento do capital social ou às reservas. Em 2015, a Assembleia Geral Ordinária, decidiu por destinar 50% das sobras do exercício social de 2014, no montante de R\$ 17.162, para a Reserva Legal e 50% das sobras, no montante de R\$ 17.163, para aumento de capital social.

d. Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, pela RDC nº 39/00, enquadra a Operadora como Cooperativa Médica, Segmento Secundário Principal (SSP) e Região de Atuação 1. Conforme o estabelecido na RN nº 209/09 da ANS, o Patrimônio Mínimo Ajustado representa o valor mínimo de patrimônio líquido, ajustado por efeitos econômicos na forma do disposto na Instrução Normativa nº 50/12. O PMA é calculado a partir da multiplicação do fator “K” (0,4581), obtido na tabela do Anexo I da RN nº 209/09, pelo capital base de R\$ 7.266 mil, totalizando R\$ 3.329. A administração mantém patrimônio líquido ajustado superior ao exigido como se segue:

Patrimônio líquido ajustado conforme IN nº 50/12

Patrimônio líquido	345.878
(+) Obrigações legais de longo prazo	13.182
(-) Participações em outras operadoras	(640)
(-) Despesas diferidas	(14.172)
(-) Despesas antecipadas	(353)
(=) Patrimônio líquido ajustado (PLA)	343.895

A margem de solvência, conforme determinado pela RN nº 209/09, foi apurada utilizando o critério de 33% da média anual dos últimos 36 meses da soma dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pré-estabelecido mais 50% dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, por ser o maior valor, dentre os dois critérios estabelecidos na referida Resolução.

Margem de solvência	2015
A - 0.20 das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses	594.681
B - 0.33 da média de eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses	704.974
C - Margem de solvência (maior entre A e B)	704.974
Margem de solvência - 48,38% (*)	341.066
(=) Suficiência (PLA - M.S.)	2.829

(*) O parágrafo único do art. nº 7 da RN nº 209/09, alterada pela RN nº 313/12, estabelece que as operadoras que iniciaram suas operações antes de 3 de julho de 2007 deverão observar, em dezembro de 2015, a parcela mínima de 48,38% do valor da margem de solvência calculado.

18 Transações com partes relacionadas

A Operadora mantém operações com entidades integrantes do Complexo Cooperativo e Empresarial Unimed, sendo as principais:

- a. A Operadora paga à Unimed do Brasil Confederação Nacional das Cooperativas Médicas, representante institucional do Sistema Unimed, contribuição confederativa mensal que totalizou, em 2015 R\$ 7.738 (R\$ 6.432 em 2014). Não há saldo a pagar em 31 de dezembro de 2015 referente a esta contribuição.
- b. O seguro de vida dos beneficiários dos planos de saúde da Operadora é contratado com a Unimed Seguradora S.A. Os custos deste produto foram de R\$ 629 (R\$ 644 em 2014), classificados em “Outras despesas operacionais”. O saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 0 (R\$ 43 em 2014).
- c. Parcela significativa do atendimento médico prestado aos beneficiários dos planos de assistência à saúde da Operadora é efetuada pelas cooperativas associadas integrantes do Sistema Cooperativo Unimed. Em 2015 estes atendimentos atingiram o montante de R\$ 2.155.325 (R\$ 1.833.083 em 2014).
- d. **Remuneração dos administradores**

A estrutura administrativa da Operadora compreende a Diretoria e o Conselho Administrativo, Técnico e Operacional, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os Diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis, principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de quatro anos, sendo permitida uma reeleição. O Conselho Administrativo, Técnico e Operacional, composto por dezoito membros eleitos por Assembleia Geral, é um colegiado de gestão participativa nos assuntos técnicos e operacionais do desenvolvimento da Cooperativa. O mandato do Conselho Administrativo, Técnico e Operacional coincide com o da Diretoria.

A remuneração a estes Administradores totalizou o montante de R\$ 7.423 (R\$ 6.928 em 2014) e está dividida em: pró-labore dos Diretores: R\$ 5.239 (R\$ 4.850 em 2014), valor devido à presença dos Conselheiros: R\$ 704 (R\$ 607 em 2014), previdência social: R\$ 1.190 (R\$ 1.091 em 2014), assistência médica dos diretores: R\$ 218 (R\$ 269 em 2014) e seguro de vida e acidentes pessoais dos diretores de R\$ 72 (R\$ 111 em 2014).

Os administradores da Operadora ocupam cargos em outras cooperativas e empresas do sistema Unimed conforme quadro abaixo:

Cargo na operadora	Parte relacionada	Cargo na parte relacionada
Presidente	Seguros Unimed	Membro do Conselho de Administração
Vice-presidente	Unimed Participações	Diretor Administrativo-Financeiro
Diretor Administrativo e Financeiro	Unimed Participações	Procurador
Diretor de Mercado, Marketing e Comunicação	Unimed Volta Redonda	Presidente
Diretor de Atenção à Saúde e Intercâmbio	Unimed Poços de Caldas	Membro do Conselho de Administração
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Frutal	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Federação Espírito Santo	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Uberlândia	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed do Brasil	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Grande Florianópolis	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Dourados	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Cuiabá	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Fortaleza	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Sorocaba	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Belo Horizonte	Diretor de Provimento de Saúde
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Rio Claro	Diretor Administrativo
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Porto Alegre	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Rio	Diretor Administrativo
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Paulistana	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Campinas	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Nordeste/RS	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Curitiba	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Goiânia	Presidente

19 Detalhamento das contas de resultado

a. Contraprestações líquidas

	2015	2014
Planos individuais e familiares	(81.679)	(67.546)
Planos coletivos pré-estabelecidos	(2.528.805)	(1.924.915)
Planos coletivos pós-estabelecidos	(731.654)	(661.200)
Total	(3.342.138)	(2.653.661)

b. Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde

	2015	2014
PIS	(6.493)	(6.239)
COFINS	(40.115)	(38.030)
ISS (Nota Explicativa nº16a)	(1.702)	(1.155)
ISS retido por terceiros	(182)	(52)
Total	(48.492)	(45.476)

c. Eventos indenizáveis líquidos

	2015	2014
Intercâmbio	(2.155.325)	(1.833.083)
Rede credenciada - pessoas físicas	(4.636)	(5.739)
Rede credenciada - pessoas jurídicas	(772.845)	(447.851)
Reembolsos a usuários	(10.805)	(8.226)
Ressarcimento ao SUS	(19.831)	(12.337)
 Eventos conhecidos ou avisados	 (2.963.442)	 (2.307.236)
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	(59.385)	(95.192)
 Total	 (3.022.827)	 (2.402.428)

d. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	2015	2014
Outras receitas operacionais		
Receitas de prestação de serviços de intercâmbio	661.076	600.867
(-) Deduções das receitas	(30.468)	(17.115)
Outras receitas operacionais	10.698	4.414
 Total	 641.306	 588.166

e. Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde

	2015	2014
Confecção de carteiras	(2.542)	(2.527)
Confecção de livros de credenciamento	(74)	(273)
Despesas com cobrança	(400)	(319)
Encargos sociais sobre pagamentos a médicos credenciados	(1.784)	(3.784)
Despesas c/ remoções e <i>Home Care</i>	(3.206)	(2.595)
Seguros	(629)	(645)
Medicina preventiva	(623)	(323)
Transporte de guias médicos e carteiras	(2.410)	(1.373)
Acordo operacional - sócias	(6.779)	(5.037)
Reversões / provisões para contingências	(25.946)	20.766
Provisão para perdas sobre créditos	(25.953)	(7.394)
Outras	(629)	(830)
 Total	 (70.975)	 (4.334)

f. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

Correspondem aos atendimentos prestados aos beneficiários de outras cooperativas - Intercâmbio Eventual.

	2015	2014
Despesas de prestação de serviços de intercâmbio	(585.095)	(556.549)
(-) Deduções das despesas	34.819	30.937
 Total	 (550.276)	 (525.612)

g. Despesas administrativas

	2015	2014
Despesas com pessoal	(143.146)	(118.677)
Serviços de terceiros	(29.763)	(23.966)
Localização e funcionamento	(30.078)	(22.325)
Despesas com publicidade e propaganda	(7.976)	(9.016)
Despesas com contribuições e donativos	(8.142)	(8.120)
Tributos - taxa de saúde suplementar	(4.509)	(2.730)
Seminários, congressos e simpósios	(2.644)	(2.710)
Despesas judiciais	(6.408)	(3.161)
Multas e acréscimos moratórios	(1.193)	(977)
Outras	(549)	(1.810)
Total	(234.408)	(193.492)

h. Resultado financeiro líquido

	2015	2014
Receitas financeiras		
Receitas com títulos privados	34.279	36.884
Valor justo por meio do resultado	22.447	25.847
Disponível para venda	5.923	5.621
Até o vencimento	5.909	5.416
Receitas com títulos públicos	9.866	6.003
Até o vencimento	9.866	6.003
Receitas com fundos de investimento	38.196	12.942
Valor justo por meio do resultado	38.196	12.942
Atualização dos créditos tributários	3.476	702
Receitas de juros sobre capital	-	147
Juros por recebimentos em atraso	3.586	2.885
Outras receitas financeiras	934	665
	90.337	60.228
Despesas financeiras		
Juros e multas s/ tributos	(1.198)	(1.453)
Atualização monetária do PIS e COFINS sobre os atos cooperativos	(4.071)	(1.614)
Atualizações das contingências	(3.078)	(6.118)
Outras	(333)	(117)
	(8.680)	(9.302)
Resultado financeiro líquido	81.657	50.926

i. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2015	2014	2015	2014
Sobra do exercício, antes dos impostos e depois as participações	31.368	49.616	31.368	49.616
(-) Sobras de atos cooperativos	(224.567)	(72.121)	(224.567)	(72.121)
(=) Resultado de atos não cooperativos, antes dos impostos	(193.199)	(22.505)	(193.199)	(22.505)
Adições	93.700	56.843	93.700	56.843
Receitas de aplicações financeiras	59.887	44.355	59.887	44.355
Ressarcimento ao SUS	7.869	-	7.869	-
Provisão de contingências - ISS	842	481	842	481
Provisão de contingências - PIS e COFINS	7.857	5.140	7.857	5.140
Provisão para perdas sobre créditos	7.077	1.520	7.077	1.520
Outras	10.168	5.347	10.168	5.347
Exclusões	(572)	(12.056)	(572)	(12.056)
Equivalência patrimonial	(572)	(2.031)	(572)	(2.031)
Ressarcimento ao SUS - reversão	-	(6.317)	-	(6.317)
Outras	-	(3.708)	-	(3.708)
Base de cálculo	(100.071)	22.282	(100.071)	22.282
Imposto de renda alíquota 15%	-	(3.342)	-	-
Adicional de 10%	-	(2.204)	-	-
Contribuição social alíquota 9%	-	-	-	(2.006)
PAT	-	82	-	-
Fumcad / Lei Rouanet / Pronon / Lei de Incentivo ao Esporte	-	267	-	-
Tributos correntes	-	(5.197)	-	(2.006)
Alíquotas efetivas	00,00%	23,32%	0,00%	9,00%

20 Apresentação das demonstrações de sobra e perdas - Resolução CFC n° 959/03

As receitas e despesas de atos não cooperativos são determinadas a partir dos pagamentos a título de eventos indenizáveis a médicos credenciados, clínicas, laboratórios, hospitais e atendimentos de emergências, os quais não fazem parte do sistema Unimed.

Considerando a representatividade das despesas de atos não cooperativos sobre os totais de eventos indenizáveis, deduzidos das respectivas recuperações, foi apurado o percentual de 27,27% (20,55% em 2014), o qual foi utilizado para ratear as receitas e os demais custos.

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	2015			2014		
	Total	Ato cooperativo/ ingressos/ dispêndios	Ato não cooperativo/ receitas/ despesas	Total	Ato cooperativo/ ingressos/ dispêndios	Ato não cooperativo/ receitas/ despesas
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	3.291.379	2.577.608	713.771	2.608.039	2.144.316	463.723
Ingressos/receitas com operações de assistência à saúde	3.339.871	2.620.086	719.785	2.653.515	2.180.812	472.703
Contraprestações líquidas	3.342.138	2.621.735	720.403	2.653.661	2.180.928	472.733
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(2.267)	(1.649)	(618)	(146)	(116)	(30)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(48.492)	(42.478)	(6.014)	(45.476)	(36.496)	(8.980)
Eventos indenizáveis líquidos	(3.022.827)	(2.198.516)	(824.311)	(2.402.428)	(1.908.712)	(493.716)
Eventos conhecidos ou avisados	(2.963.442)	(2.155.325)	(808.117)	(2.307.236)	(1.833.083)	(474.153)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(59.385)	(43.191)	(16.194)	(95.192)	(75.629)	(19.563)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	268.552	379.092	(110.540)	205.611	235.604	(29.993)
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	5.578	4.224	1.354	5.087	4.059	1.028
Ingressos/receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	641.306	483.169	158.137	588.166	422.877	165.289
Ingressos/receitas com operações de assistência médico-hospitalar	630.608	476.901	153.707	583.752	420.135	163.617
Outros ingressos/receitas operacionais	10.698	6.268	4.430	4.414	2.742	1.672
Outros dispêndios/despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(70.975)	(50.323)	(20.652)	(4.334)	(438)	(3.896)
Outros dispêndios/despesas de operações de planos de assistência à saúde	(44.399)	(30.994)	(13.405)	(19.905)	(12.808)	(7.097)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(623)	(453)	(170)	(323)	(257)	(66)
(-) Recuperação de outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde	-	-	-	23.288	18.502	4.786
Provisão para perdas sobre créditos	(25.953)	(18.876)	(7.077)	(7.394)	(5.875)	(1.519)
Outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	(550.276)	(400.218)	(150.058)	(525.612)	(417.595)	(108.017)
Resultado bruto	294.185	415.944	(121.759)	268.918	244.507	24.411
Dispêndios/despesas de comercialização	(105.564)	(76.777)	(28.787)	(73.395)	(58.312)	(15.083)
Dispêndios/despesas administrativas	(234.408)	(167.767)	(66.641)	(193.492)	(149.236)	(44.256)
Resultado financeiro líquido	81.657	56.853	24.804	50.926	39.259	11.667
Receitas financeiras	90.337	65.702	24.635	60.228	47.851	12.377
Despesas financeiras	(8.680)	(8.849)	169	(9.302)	(8.592)	(710)
Resultado patrimonial	565	-	565	1.816	-	1.816
Receitas patrimoniais	604	-	604	2.113	-	2.113
Despesas patrimoniais	(39)	-	(39)	(297)	-	(297)
Resultado antes dos impostos e participações	36.435	228.253	(191.818)	54.773	76.218	(21.445)
Imposto de renda	-	-	-	(5.197)	-	(5.197)
Contribuição social	-	-	-	(2.006)	-	(2.006)
Participações no resultado	(5.067)	(3.686)	(1.381)	(5.157)	(4.097)	(1.060)
Sobra líquida do exercício	31.368	224.567	(193.199)	42.413	72.121	(29.708)

21 Outras informações

a. Plano de complementação de aposentadoria

A Cooperativa mantém com a Unimed Seguradora S.A., em favor de seus diretores, um plano de previdência privada, na modalidade Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). O benefício consiste em uma renda mensal temporária, pelo prazo de 12 meses, a partir do término do mandato dos diretores. O plano é de contribuição definida e o valor da renda mensal é calculado com base no montante dos recursos acumulados nas reservas matemáticas formadas pelas contribuições aportadas. As contribuições mensais realizadas no exercício totalizaram R\$ 1.048 (R\$ 970 em 2014).

b. Benefícios concedidos aos empregados

Fazem parte da política de benefícios concedidos aos empregados a assistência médica, seguro de vida em grupo, previdência complementar, garantia funeral, ticket alimentação, ticket refeição, auxílio creche ou auxílio babá, plano odontológico, estacionamento, assistência para emergências em viagens, programa de educação com subsídio de até 50% para cursos de graduação, pós - graduação , MBA e mestrado, vale transporte ou ônibus fretado, participação nos resultados, convênio farmácia, convênio academia e empréstimo pessoal. Em 2015 os benefícios concedidos aos empregados atingiram o montante de R\$ 26.697 (R\$ 23.761 em 2014).

c. Eventos médico-hospitalares

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas - DIOPS do 4º trimestre de 2015 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Eventos médico hospitalaresAssistência médico-hospitalar
(Preenchimento com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações)

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Individuais/Familiares pós Lei							
	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Demais despesas	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	12.170	15.814	926	95.415	17.724	-	142.049
Reembolso	-	-	-	-	-	-	-
Intercâmbio Eventual	328	244	60	1.389	45	-	2.066
Total	12.498	16.058	986	96.804	17.769	-	144.115

* * *

Diretoria

Dr. Mohamad Akl
Diretor Presidente

Dr. Humberto Jorge Isaac
Vice-Presidente

Dr. Francisco Albeniz Bohrer Pilla
Diretor Administrativo e Financeiro

Dr. Luiz Paulo Tostes Coimbra
Diretor de Mercado, Marketing e Comunicação

Dr. Paulo César Januzzi de Carvalho
Diretor de Atenção à Saúde e Intercâmbio

Atuário

Eduardo de Souza Schuch
Atuário MIBA 1.500

Contadora

Maria Cristina Carlos Brandão
CRC 1SP133272/O-1